

## **GRAFISMO, COMUNICAÇÃO E ARTE: Um paralelo do grafismo indígena e a pichação como manifestação sócio cultural.**

A. E. MACIEL; E. M. ARRUDA; F. FANTUZZI.

Graduandas do curso de Artes Visuais - Área da Educação do Centro Universitário Ítalo Brasileiro.

### **COMO CITAR O ARTIGO:**

A. E. MACIEL; E. M. ARRUDA; F. FANTUZZI. **GRAFISMO, COMUNICAÇÃO E ARTE: Um paralelo do grafismo indígena e a pichação como manifestação sócio cultural.** URL: [www.italo.com.br/portal/cepep/revista eletrônica.html](http://www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html). São Paulo SP, v.7, n.3, p. 32-49, jul/2017.

## RESUMO

Este trabalho tem ênfase principal na valorização da cultura indígena e no entendimento da pichação enquanto manifestação cultural juvenil. Valendo-se de pesquisas bibliográficas, foca nas relações interculturais que a cultura indígena e a pichação possuem com a sociedade em geral e com a visão inferiorizada e marginalizada que possuem respectivamente. São abordados entendimentos conceituais sobre cultura e arte para compreender essas expressões culturais e também conceitua suas relações espaciais a fim de compreender seus lugares na sociedade.

**Palavras-chave:** grafismo indígena; pichação; cultura; subcultura; contracultura; arte; direito à cidade; visibilidade; espaço.

## **ABSTRACT**

This work has the main emphasis on the valorization of the indigenous culture and the understanding of the graffiti as a youthful cultural manifestation. Drawing on bibliographical research, it focuses on the intercultural relations that indigenous culture and graffiti have with society in general and with the inferiorized and marginalized vision they have, respectively. Conceptual understandings of culture and art are approached to understand these cultural expressions and also conceptualize their spatial relationships in order to understand their places in society.

**Keywords:** indigenous graphics; graffiti; culture; subculture; counterculture; art; Right to the city; visibility; space.

## INTRODUÇÃO

O desconhecimento sobre as culturas dos povos indígenas e a marginalização da pichação propõe um estudo aprofundado sobre suas particularidades e semelhanças no que diz respeito à manifestação cultural e formas gráficas.

Conhecer a diversidade cultural no Brasil é também conhecer suas matrizes. Portanto, pensar em cultura brasileira é assimilar a presença da cultura indígena em nossa sociedade e como suas manifestações foram influenciando a sociedade e se modificando ao longo da história (RIBEIRO, 2011).

Desta maneira, o diálogo em artes sobre cultura indígena e pichação pode ser estabelecido por meio das grafias. Fazendo uma conexão entre as práticas urbanas de símbolos com os grafismos indígenas.

Os grafismos são estilos característicos dos elementos gráficos utilizados por um artista nos seus desenhos ou pinturas, ou modo pessoal de escrever, letra ou caligrafia (BUENO, 2007). Grupos indígenas e tribos urbanas que se manifestam por meio da pichação, fazem uso de características gráficas próprias para identificarem seus grupos na construção da imagem e de suas individualidades.

Pensando no ponto de vista cultural, material, histórico e antropológico incentivando os educandos ao estudo e as práticas do grafismo indígena, na identificação de seus significados.

Dentro do contexto escolar as práticas e estudos sobre a cultura indígena podem ser realizados através de um diálogo intercultural, que se refere à interação entre culturas de uma forma recíproca, favorecendo o seu convívio e integração numa relação baseada no

respeito pela diversidade e no enriquecimento mútuo (CANDAU e MOREIRA, 2012).

O estudo sobre grafismo indígena em comparativo com as tribos urbanas dentro dos espaços escolares é de grande importância no paralelo dos nossos ancestrais com a atualidade. Tribos de adolescentes disputando território e tornando os muros da cidade uma grande tela e tribos indígenas que procuram manter sua ancestralidade. Ambas as manifestações culturais fazem resistência à adversidade.

O conhecimento sobre a chamada “arte indígena” é de um modo geral, ainda pequeno. Até mesmo na temática indígena a arte é de uma forma geral, relegada a um plano menos importante (VIDAL, 1992).

O que os praticantes da pichação põem em cena é um radical questionamento sobre o espaço urbano. Dá lugar a um ponto de vista novo: aquele que podemos chamar de um “direito visual à cidade” (TIBURI, 2011).

A proposta de espaço como um “conjunto de objetos e ações” tratado por Milton Santos em *A Natureza do Espaço* se faz presente neste estudo como forma de pertencimento, “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2009, p. 21).

Ainda no contexto escolar, este estudo trata do espaço por meio do posicionamento crítico nas diferentes relações sociais e a percepção de ser integrante desse espaço como agente transformador do mesmo.

O estudo do espaço e a sua relevância são bem assinalados quando Milton Santos (2009) se vale da expressão anglo-saxônica *place counts*, o lugar tem importância, ou seja, o lugar possui um contexto e uma história com relevância. A busca incessante em relacionar espaço e sociedade e suas manifestações culturais.

Essas definições para relacionar as grafias em suas diferentes formas culturais, e em especial, o grafismo indígena e a pichação que são objetos desse estudo.

Ambas as manifestações, a indígena e a pichação, mostram a forma do indivíduo ver o mundo e como mostrar isso para o resto da sociedade onde vivem. Utilizando suportes diferentes para se manifestarem.

O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo no qual é possível transformar continuamente a existência.

Pensando no desenvolvimento e na manutenção das manifestações culturais, a relação espaço escola dentro do tema proposto por esse estudo é compreender e conviver com as diversidades levando em consideração os diferentes grupos e suas particularidades (PCN ARTE, 1997).

A partir desta premissa, este estudo aborda a grafia de grupos indígenas e de diferentes grupos das chamadas “tribos urbanas” que utilizam uma grafia própria como meio de manifestação sócio cultural.

## **1 AFINAL, O QUE SÃO CULTURA E ARTE?**

A palavra Cultura representa uma resolutiva transformação, prestigiado na história, codificando e decodificando as indagações redundantes e retóricas de expressão, ação, luta, transição e identificação a partir do que nos é hereditariamente passado e posteriormente criado e transformado (EAGLETON, 2005).

Em síntese, a diversidade cultural presente em nosso continente está ancorada na base da existência de várias culturas no mesmo

território, se contrapondo as monoculturas, em convivência pacífica ou conflituosa:

Surgimos da confluência entre portugueses, índios e negros: Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um *povo novo*, num novo modelo de estruturação societária. Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais. (RIBEIRO, 2011, p. 19).

A identidade é algo vigente na cultura, e a noção de sentimento e de pertencimento a determinados grupo inseridos na sociedade nos desperta a curiosidade de investigar as formas e o comportamento de grupos ou tribos, dentro da realidade que cada qual está inserido, tentando refletir na forma de como esses valores são passados; algo natural e inerente ao homem, e tudo aquilo que forma o homem como um ser social, que o define dentro de um grupo com valores de crença, religião, tradições, a língua, a bandeira e moral (CANDAU e MOREIRA, 2012).

Os grafismos indígenas e o picho, são manifestações culturais podendo conter subdivisões.

A expressão por meio da arte é algo peculiar ao homem que desde os primórdios busca por representar através de desenhos, símbolos e sinais os eventos ocorridos em seu cotidiano, manifestando assim sentimentos, expectativas e crenças. Essas ações expressivas são anteriores a escrita (GOMBRICH, 2013).

Os símbolos dentro de uma sociedade e suas características particulares de acordo com o grupo e seus objetivos mostram a necessidade e a importância da comunicação.

A arte é uma expressão cultural altamente valorizada por uma camada específica da sociedade. Neste caso, qualquer coisa pode ser arte, e qualquer coisa pode parar de ser arte (BENJAMIN, 1955).

Pensar na cultura indígena como algo que não possui valor e na pichação como ato de vandalismo, sequer a considerando uma manifestação cultural - conforme já exposto anteriormente, traz essas relações sobre o pensamento do que é ou não é arte.

A história da arte ao longo dos séculos se mostra mutável em suas próprias concepções e principalmente no que definimos como belo na arte.

O problema da beleza é que os gostos e parâmetros que definem o que é belo são muito variáveis. O que vale para a beleza vale também para a expressão. Com efeito, em geral é a expressão de uma figura no quadro que nos leva a apreciar ou detestar a obra como um todo (GOMBRICH, 2013, p. 22).

As definições acerca do que é arte ajudam a compreender a rejeição de culturas consideradas inferiores, ou de expressões consideradas simples ranhuras. Como por exemplo, um desenho infantil, em que a criança que possui uma elaboração melhor tem seu desenho considerado belo.

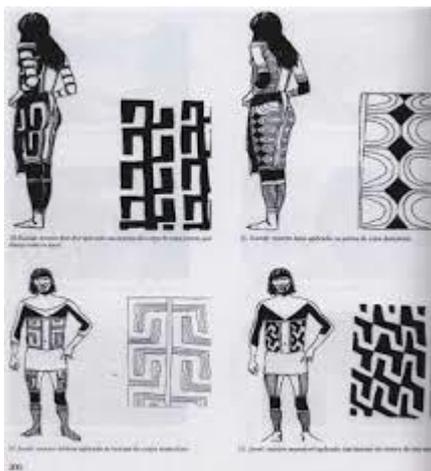
## **1.1 Grafismo indígena**

A cultura indígena possui características próprias em cada tribo. Embora tenham características comuns, os indígenas não são iguais. Cada tribo possui suas diferenças entre cultura, organização política/social, rituais, lendas, arte, habitações, educação, alimentação, entre outros (VIDAL, 1992).

A cultura indígena é baseada na oralidade; contudo, mesmo na ausência da escrita, uma diversidade de sinais e de outras formas gráficas cumpre o papel comunicativo. Pinturas corporais funcionavam como código social, cada um deles indicava uma situação específica (guerra, nascimento de filhos, ritos de passagem e luto). O grafismo indígena utiliza o corpo como suporte de pintura e suas subdivisões, marcando etapas do ciclo da vida dos indivíduos e os diferentes eventos de que eles participam dividindo as aldeias em diferentes grupos (VIDAL, 1992).

A pintura também pode ser considerada uma marca do mundo social, pois lida com suas diferenças internas. A pintura corporal parece ser a única elaboração simbólica das diferenças internas da sociedade (idem, 1992).

**Figura 1** - Pintura corporal Karajá baseada em elementos da natureza como a pele dos animais.



Fonte: VIDAL, 1992, p.200

As técnicas decorativas, bem como as suas simbologias encontram no corpo humano um dos seus suportes para a

representação estética da arte plástica, que além de uma manifestação artística, é também um registro etnocultural (VIDAL, 1992).

A divisão do corpo em áreas para a decoração obedece a outras regras além das regras formais do desenho. Trata-se de critérios como sexo, idade e atividade que determinam categorias sociais marcadas no corpo por esses signos visuais. No homem há uma divisão horizontal de ombro a ombro. O desenho do ombro, que liga a faixa horizontal, é o desenho da tatuagem executada nos guerreiros, por ocasião da morte do inimigo. Marca, portanto, a atividade do sexo masculino: a guerra. Nas mulheres, a divisão é vertical e marca o ventre (VIDAL, 1992).

**Figura 2 e Figura 3** - Motivos geométricos Asurini aplicados sobre o corpo.



Fonte: VIDAL, 1992, p. 235 e 150

A interpretação dos grafismos indígenas, ganha uma característica de semelhança com o objeto representado e deixa de ser apenas um sinal sem similaridade, uma simples convenção. Essa construção do significado é quase uma alfabetização visual, que se atreve a intuir sobre a forma de percepção do olhar da tribo sobre o mundo (VIDAL, 1992).

A concepção de cultura como sistema simbólico, por meio do qual as sociedades humanas atribuem significados a sua experiência e formulam suas concepções, impondo ordem ao mundo, aponta para um de seus aspectos básicos: o caráter dinâmico da cultura. Situações históricas novas propiciam e, muitas vezes, exigem a formulação de novos significados ou a recriação de símbolos tradicionais (Idem, p. 290).

Os elaborados sistemas de representação desempenham um papel importante. Atribuem significado e comunicação através das características gráficas que possuem. Cada símbolo em particular, cumpre seu papel na representação familiar, ritualística, divina, etc. E se difere em cada tribo. Mostrando a riqueza e variedade que os grafismos indígenas possuem (VIDAL, 1992)

O grafismo indígena permite um exercício de memória social e se mostra como representante de seu grupo e de seu povo.

## **1.2 Pichação**

A pichação é uma espécie de movimento contra o padrão estético da cidade. Segundo a artista plástica e professora de filosofia Marcia Tiburi, os pichadores estão buscando a degradação estética que é imposta pelo governo. (TIBURI, 2011).

A pichação é considerada uma manifestação de contra-cultura e arte urbana, que contesta valores culturais dominantes, opondo-se a eles.

O que os praticantes da pichação buscam é um questionamento social, utilizando o espaço urbano. As paredes estão no limite entre o público e o privado, delimitam os espaços. Os jovens, ao tomarem as paredes como suportes para sua expressão, utilizando-se para tanto os

mais variados recursos reinventam as funções das paredes (TIBURI, 2011).

Segundo Tiburi “o fenômeno da pixação em grandes cidades, tais como São Paulo, é tanto estético quanto político. O gesto estético transformado em arma de combate social pode fazer da pichação a mais potente forma de arte de nosso tempo” (TIBURI, 2011, p. 39).

**Figura 4** - *Praça Roosevelt – São Paulo-SP*



Fonte: Arquivo pessoal 2017

A pixação está intimamente ligada à contraposição da estética da cidade, em que o pichador faz uso de espaços públicos ou privados para expressar suas ideias, revoltas, manifestos ou registrar sua marca (TIBURI, 2011).

A pixação é, portanto, também a linguagem, na forma de uma gramática, de uma simbologia e de uma semiologia, que exige a compreensão da função de brancura dos muros. O gesto de escrever sobre os muros só pode ser compreendido tendo em vista que a *tag* enquanto signo, letra, palavra, risco, sujeira, investe contra ou a favor de um branco pressuposto (Idem, p. 44).

As fachadas, muros e prédios ao deixarem de fazer parte do privado e servirem de suporte para a pixação, passam a ser um agente transformador, ou mais que isso, agente comunicador, em que ao deixar uma marca causa “estranheza” a quem vê. Permitindo um exercício de

observação ao que ali está descrito. Não apenas rabiscos, em suas entrelinhas possui uma manifestação maior (TIBURI, 2011).

**Figura 5** - Rua Augusta – São Paulo-SP



Fonte: Arquivo pessoal 2017

## **2 DIREITO À CIDADE**

No que diz respeito ao uso de espaço público para manifestações de cunho artístico, cada município possui legislação própria. Porém, o uso do espaço público sempre foi questionamento para que, e para quem sirva. Os grandes centros urbanos sempre foram palco de diversas manifestações. Tanto culturais como políticas. Algumas são mais aceitas e outras repreendidas (HARVEY, 2008).

Essas diferenciações sobre movimentos culturais que estão presentes no dia a dia da sociedade colocam em questionamento os direitos e o sentimento de pertencimento a um organismo social.

A cultura indígena e o movimento da pichação estão marginalizados desse organismo, e, portanto, não são reconhecidas como manifestações culturais pela sociedade em geral. Ambas se fazem presentes, mas não pertencentes.

Grafismos, tanto para os indígenas quanto para os pichadores são uma marca que carregam em todo processo de elaboração muitas semelhanças. Essas semelhanças estão diretamente ligadas a cultura e identidade.

Esses processos criativos de elaboração de grafias aproximam estes grupos, que buscam reconhecimento, espaço e visibilidade, através de lutas simbólicas travadas através da exposição dos seus códigos, seja, nos dos muros da cidade ou no próprio corpo, valendo-se de um código social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A arte dos grafismos e da pixação devem ser vistas como forma de comunicação e expressão política, embora sejam marginalizadas.

Tanto as tribos indígenas e as tribos urbanas são bastante comparáveis entre si, pois elas não possuem respeito da sociedade, assim como a pixação, que é considerada crime, é uma manifestação da contracultura que muitas vezes é injustiçada pelo fato de tentar “rebater” a estética da sociedade. Estética proposta por pessoas que não fazem e não reconhecem as classes menos favorecidas que compõe a maior parte da população do Brasil.

Cada lugar é, à sua maneira, um mundo. E cada um desses mundos deve ser respeitado, e sim, preservado para que nossas gerações futuras possam saber como eram nossas relações sociais e espaciais.

“Hoje, temos uma nova relação com o mundo, porque o vemos por inteiro. Através dos satélites, temos imagens da Terra absolutamente inteira” (SANTOS, 2009, p. 313).

Mesmo com a aceleração contemporânea, o exercício de repensar nossa sociedade se faz constante. Preservar a memória coletiva, indispensável à sobrevivência das sociedades e a conscientização dos direitos a manifestação cultural.

“Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2009, p. 339).

Cada cultura em sua manifestação seja pela grafia na parede ou no corpo mantém sua relação com o mundo, com o homem, com a vida

**Figura 6** - Grafismo Indígena

**Figura 7**- Rua Augusta- São Paulo-SP



Fonte: VIDAL, 1992, p. 152

Fonte: Arquivo pessoal, 2017

**Figura 8** - Rua da Consolação – São Paulo-SP



Fonte: Arquivo pessoal, 2017

## REFERÊNCIAS

**BENJAMIN**, Walter. **A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica**. Ensaio publicado em 1955. Disponível em: <http://uniitalo.tnttec.com.br/erptnt/ACTPortalAcadIES?idpage=62&idconn=12A706175943a0729091108719> - Acesso em 24.mar.2017.

**BRASIL**, **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

**CANDAU**, Vera Maria; **MOREIRA**, Antônio Flavio. **Multiculturalismo: Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas**. Campinas: Vozes Ltda, 2012.

**EAGLETON**, Terry. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

**GOMBRICH**, E. H. **A História da Arte**. Traduzido por Cristiana Assis Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

**HARVEY**, David. **A Liberdade da Cidade**. Disponível em: Revista Urbana 3, página 11. São Paulo: Editora Pressa, 2008.

**RIBEIRO**, **O Povo Brasileiro: A Formação e o Sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

**SANTOS**, Milton. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009.

**TIBURI**, Marcia. **Direito Visual à Cidade: a estética da Pixação e o caso de São Paulo**. Revista Ensaio. São Paulo: 2013. Disponível em:

[http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12\\_EN6\\_marcia.pdf](http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/12/redobra12_EN6_marcia.pdf). Acesso em 27.mar.2017.

**VIDAL, Lux. (org.). *Grafismo Indígena: Estudos de Antropologia Estética*. São Paulo: Fapesp, 1992.**